

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL ESPECIALIZAÇÃO
EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO II**

**VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA “MOINHO
COLONIAL” DA COOPERATIVA TERRA NOVA LTDA: LIMITES E
POTENCIALIDADES PARA OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA
AGRÁRIA DE CANGUÇU/RS.**

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

SAMUEL RODRIGUES RUTZ

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA “MOINHO COLONIAL” DA COOPERATIVA TERRA NOVA LTDA: LIMITES E POTENCIALIDADES PARA OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DE CANGUÇU/RS.

Samuel Rodrigues Rutz

Artigo apresentado ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo**

Orientador: Prof^a. Dr^a. Gisele Guimarães

Santa Maria, RS, Brasil

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E
EDUCAÇÃO DO CAMPO II

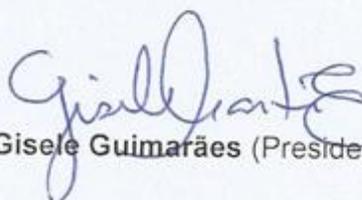
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o artigo de conclusão de Especialização

VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA "MOINHO COLONIAL"
DA COOPERATIVA TERRA NOVA LTDA: LIMITES E POTENCIALIDADES PARA
OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DE CANGUÇU/RS.

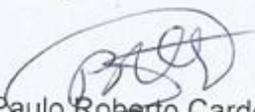
elaborado por
Samuel Rodrigues Rutz

Como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação
do Campo

Comissão Examinadora:



Prof^a. Dr^a. Gisele Guimarães (Presidente/Orientador)



Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso da Silveira (UFSM)



Prof^a. Dr^a. Aline Weber Sulzbacher (UFVJM)

Santa Maria, 09 de Dezembro de 2015.

VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA “MOINHO COLONIAL” DA COOPERATIVA TERRA NOVA LTDA: LIMITES E POTENCIALIDADES PARA OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DE CANGUÇU/RS.

Resumo: A agroindustrialização das matérias-primas produzidas pela agricultura familiar tem sido uma das estratégias de viabilização dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Com o objetivo de analisar a viabilidade socioeconômica da Agroindústria “Moinho Colonial” da Cooperativa Terra Nova de Canguçu Ltda. sediada no assentamento Pitangueiras, o presente trabalho reconstitui a evolução histórica desta entidade até a instalação da Agroindústria, dando ênfase à busca de alternativas de acesso aos mercados, pelas famílias associadas. Por meio da ferramenta de Análise e Diagnóstico de Sistemas de Produção, dados socioprodutivos do SIGRA e entrevistas com informantes-chaves e agricultores assentados, constroem-se cenários de “possibilidades” para a produção e processamento de milho e feijão cultivados nos sistemas: convencional e agroecológico. Estes dados somados a conjuntura sociopolítica dos assentados, considerando-se suas estruturas familiares e expectativas de vida, apontam para importantes desafios de ordem organizacional e de acompanhamento técnico e social a serem superados. O estudo de viabilidade aponta para a diferenciação do produto agroecológico como importante mecanismo mercadológico para a viabilidade econômica do Moinho, no entanto para que esta alternativa produtiva se efetive, são ainda necessárias análises mais aprofundadas no campo da viabilidade social, ou seja, na motivação e capacidade técnico-gerencial dos agricultores em produzir e processar os alimentos sem o uso de agroquímicos.

Palavras – chaves: Reforma Agrária; Agroindústria; Agroecologia.

SOCIO-ECONOMIC VIABILITY OF THE AGRIBUSINESS "COLONIAL MILL" THE COOPERATIVE NEWFOUNDLAND LTDA: LIMITS AND POTENTIAL FOR SETTLEMENTS OF LAND REFORM OF CANGUÇU/RS.

Abstract: The agro-industrialization of raw materials produced by family farms has been one of the viable strategies for agrarian reform settlements in Brazil. In order to analyze the socio-economic viability of Agribusiness "Moinho Colonial" of Cooperativa Terra Nova de Canguçu Ltda. based in Pitangueiras settlement, this paper traces the historical evolution of this entity until the installation of Agribusiness, emphasizing the search for alternative access to markets, the associated families. Through the analysis and diagnosis of Production Systems tool, socio-productive SIGRA data and interviews with key informants and settled farmers, build up scenarios of "possibilities" for the production and processing of corn and beans grown in the systems: conventional and agroecological. These data added to socio-political situation of the settlers, considering their family and life expectancies structures, point to important challenges of organizational policy and technical and social support to overcome. The feasibility study points to the differentiation of agro-ecological product marketing as an important mechanism for the economic viability of the mill, however for this productive alternative becomes effective, are still needed further analysis in the field of social feasibility, ie, motivation and technical and managerial capacity of farmers to produce and process food without the use of agrochemicals.

Key-words: Agrarian Reform; agribusiness; Agroecology

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de viabilidade socioeconômica da Agroindústria “Moinho Colonial” da Cooperativa Terra Nova Ltda., localizada no assentamento Pitangueiras/Sem Fronteiras no município gaúcho de Canguçu. Atualmente no município, segundo informações da Prefeitura Municipal de Canguçu, existem 19.150 inscrições ativas de produtores rurais (talão de notas fiscais de produtor rural), ou seja, unidades produtoras. Deste total, aproximadamente, oito mil famílias possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que à luz da Lei Federal Nº 11326 de 24 de julho de 2006, identifica os agricultores familiares. Segundo a gerência da agência local do Banco do Brasil, Canguçu possui o maior valor contratado em operações de crédito rural no Pronaf no país, de aproximadamente 85 milhões de reais. A base social desta agricultura familiar é predominantemente composta por descendentes de alemães, portugueses e italianos, mas também formada por 464 famílias remanescentes de quilombos e, mais recentemente, por indígenas guaranis devido à implantação de uma reserva composta por quatro famílias. Há também uma agricultura empresarial que se dedica à produção de soja, que teve sua área duplicada nos últimos três anos, perfazendo atualmente 32000 ha. Há também o cultivo do arroz, florestamento, fruticultura e criação de gado de corte (bovinos e ovinos), estes últimos em declínio (EMATER/RS, 2015).

Canguçu possui 16 assentamentos, sendo que os primeiros cinco foram estabelecidos no município a partir de 1989, engrossando ainda mais sua diversificada base social e produtiva. Naquele ano foram criados os assentamentos *Boa Fé* na localidade de Passo do Saraiva, *Nova Esperança* na localidade de Cancela Preta, *Nova Conquista* na localidade de Iguatemi, *Nova Sociedade II* e *Doze de Julho* na localidade de Cordilheira. As famílias chegaram em Canguçu com seus componentes com idade entre 20 e 30 anos e hoje já existem vários lotes nos quais permanecem apenas o casal (os pais), pois os filhos foram trabalhar fora e, em alguns casos, estão sendo regularizados em lotes abandonados.

A maioria das famílias é originária da região norte do Rio Grande do Sul, onde se dedicavam principalmente ao cultivo de grãos. A nova realidade social e agroclimática encontrada em Canguçu foi mais um desafio enfrentado pelas famílias. Concomitante à fase da implantação da infraestrutura social básica como casas,

energia elétrica, estradas e acesso à água, as famílias dedicavam-se a produzir alimentos para a sua subsistência e para comercialização. Na maioria das vezes dedicavam uma parcela significativa de tempo para a implantação desta infraestrutura e, no campo da produção, houve a tendência de perpetuar as linhas produtivas trazidas de seus municípios de origem. O trabalho realizado por Machado no que se refere às transformações no fazer agrícola e nos hábitos de consumo alimentar das famílias do Assentamento União/Canguçu exemplifica esta situação quando trás o relato de um agricultor assentado dizendo que: “*nós não sabíamos o jeito, entendeu? A gente chegou querendo fazer o nosso de lá e sofria muito daí aqui... a gente, não colhia. Daí quando nós pegamos o pique já estava quase tarde, levamos quatro, cinco anos para pegar o tranco daqui!*” (MACHADO, 2014, p.87).

A localização geográfica dos assentamentos constitui-se como um dos fatores que dificultou na época, e em boa medida até os dias de hoje, a organização socioprodutiva das famílias.



Figura 01 – Localização do Moinho Colonial e dos assentamentos de Canguçu

Fonte: Google Earth/2015. Adaptado pelo autor.

Como ilustrado na figura acima, há assentamentos distantes geograficamente entre si, em até 130 km. Com a implantação de mais onze assentamentos em

Canguçu, já no final da década de 1990 e início dos anos 2000, formou-se um núcleo significativo de famílias no 5º distrito chamado Armada e no 2º distrito, Pantanoso, totalizando aproximadamente 430 famílias¹. A formação destes aglomerados de agricultores nestas regiões antes predominantemente exploradas com criações extensivas, proporcionou condições mais favoráveis de organização às famílias no que se refere a aproximação geográfica e possibilidades de trabalho coletivo por meio da criação de associações e cooperativas.

Atualmente, segundo os dados do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES – SIGRA (2014) os assentamentos ocupam-se com a produção de milho, feijão, soja, arroz, gado de leite e corte, ovinos e uma diversificada produção animal e vegetal para autoconsumo.

Neste contexto está inserida a Cooperativa Terra Nova de Canguçu Ltda., fundada no ano de 2006, fruto da evolução de uma associação de famílias de diversos assentamentos do município de Canguçu e com o objetivo de ser um canal de acesso ao mercado para os agricultores associados e também uma ferramenta na busca de melhorias de vida para suas famílias.

Com a criação de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vislumbrou-se nas agroindústrias familiares e, neste caso, no Moinho Colonial uma forma de inserção no mercado para as famílias assentadas, mesmo que estas agroindústrias não estivessem instaladas efetivamente. Através de ações dos Programas Terra Sol² e SOMAR³ foram construídas duas estruturas de agroindústrias, a “Casa do Mel” e o “Moinho Colonial”, ambos sob a administração da Cooperativa Terra Nova.

A agroindustrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar tem sido objeto de políticas públicas no Rio Grande do Sul pelo potencial que possui na agregação de valor aos produtos primários e geração de emprego e renda no meio

¹ O número de famílias assentadas e regularizadas nos órgãos competentes, ou seja, INCRA e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) é bastante variável. Há trocas de lotes no próprio assentamento e entre assentamentos, bem como abandono de lotes e entrada de pessoas não regularizadas.

² Programa Terra Sol - programa do INCRA de fomento à agroindustrialização e à comercialização criado em 2004 como parte integrante do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

³ Programa Somar – Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica em Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal e Vegetal em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. Este programa teve o objetivo de assessorar o Programa Terra Sol.

rural. Neste sentido, a SDR implantou o “Programa de Agroindústria Familiar” que oferece fomento e apoio técnico na regularização sanitária, fiscal e ambiental destes empreendimentos, bem como apoio para comercialização e participação no mercado institucional e em feiras.

A produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, produzidos agroecologicamente, vem sendo fomentada tanto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como pelas equipes do Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES). A agroecologia, segundo Caporal e Costabeber (2004), é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento econômico e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Ou ainda, segundo os mesmos autores, a agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade. Portanto, o esforço empreendido pelo conjunto dos atores sociais está na construção deste conhecimento e aplicação na produção de alimentos nos lotes da reforma agrária.

A demanda crescente por alimentos saudáveis confirma uma tendência nos hábitos de consumo da população, sendo mais valorizada, inclusive, pelas compras institucionais⁴ como no PNAE e o PAA, que pagam 30% a mais por alimentos reconhecidamente agroecológicos (Instrução Normativa nº 19/2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA).

Embora a cooperativa tenha estabelecido um contrato com a Companhia Nacional de Abastecimentos (CONAB) para o fornecimento de 30 mil kg de farinha de milho em 2012, os resultados econômicos e sociais obtidos não foram tão positivos, sendo enfrentados diversos obstáculos para o cumprimento do contrato, como baixo rendimento dos equipamentos, falta de um misturador para aditivos na farinha, desregulagem da balança que inviabilizou a entrega de um lote de 10 t (toneladas), entre outros. Atualmente a cooperativa está trabalhando em algumas obras para melhorar as condições de armazenamento, automatizando a maioria do

⁴ As compras institucionais neste caso são aquelas realizadas por órgãos da administração direta e indireta de órgãos federais, estaduais e municipais, que fornecem alimentação ao seu público como hospitais, quartéis e escolas.

processo de produção e adquirindo equipamentos para beneficiamento de feijão, ampliando assim, a linha de produtos.

Uma das motivações para a continuidade deste projeto está na disponibilidade de área e de matéria-prima. Em relação ao milho infere-se que não haverá falta do produto, pois segundo dados do SIGRA (2014), os assentamentos cultivam cerca de 1150 ha da cultura anualmente. Já em relação ao feijão, os dados do referido sistema apontam uma redução da área plantada ano a ano, o que projeta uma possível escassez deste produto para a agroindústria, caso não haja um incentivo mais concreto para o incremento da produção.

Contudo, estes investimentos estão sendo realizados sem os devidos estudos de viabilidade. Desta forma, buscando sanar uma lacuna importante para a efetivação da agroindustrialização dos produtos da Cooperativa Terra Nova, o presente trabalho propõe-se a realizar os estudos de viabilidade socioeconômica para implantação da Agroindústria “Moinho Colonial”, bem como, para efeitos de análise de viabilidade, traçar um comparativo entre a produção convencional com a agroecológica. Assim pergunta-se? Qual a viabilidade socioeconômica da implantação da Agroindústria “Moinho Colonial” da Cooperativa Terra Nova de Canguçu-Ltda. Quando comparados os retornos econômicos e sociais entre a produção convencional e a agroecológica, qual a mais adequada para a realidade dos agricultores da Cooperativa em questão?

A hipótese é que a produção agroecológica seja mais apropriada para a viabilização da agroindústria em função da crescente demanda por alimentos orgânicos no Brasil. Segundo a pesquisa “O Mercado Brasileiro de Produtos Orgânicos” (IPD, 2011) os preços dos produtos orgânicos deverão se manter mais elevados que os convencionais e a demanda por orgânicos no Brasil, entre 2009 e 2014, com uma estimativa de crescimento de 46%, atingindo R\$ 2 bilhões.

Pretende-se analisar quais são as possibilidades de viabilização econômica e social do Moinho Colonial através da construção de cenários com a produção de farinha de milho e beneficiamento de feijão convencional e destes mesmos produtos sendo cultivados e processados agroecologicamente, pois os projetos estão sendo desenvolvidos sem uma análise destas questões.

2. METODOLOGIA

O trabalho apresenta abordagem de pesquisa qualitativa, caracterizada por Spink e Menegon (1999), como aquela que aponta para a complexidade dos fenômenos sociais, permitindo compreender a subjetividade do objeto a partir de diálogos do pesquisador com a realidade estudada. Triviños (2009), por sua vez apresenta a pesquisa qualitativa como àquela que: a) tem o ambiente natural com fonte de dados e o pesquisador como instrumento-chave; b) apresenta-se de forma descritiva; c) preocupa-se com o processo e não apenas com o produto; d) o fenômeno social é explicado num processo dialético indutivo-dedutivo; e) o significado é a preocupação essencial do pesquisador.

Para a análise da viabilidade social e econômica do “Moinho Colonial” utilizou-se a perspectiva investigativa proposta pela Abordagem Sistêmica da Agricultura. Esta é uma proposta de compreensão da realidade objetiva que tem por objetivo transcender as fronteiras disciplinares e conceituais da teoria cartesiana e reducionista, compreendendo a agricultura como dotada de características complexas e difusas, de ordem econômica, social, cultural, ambiental e que, portanto, necessita ser analisada como resultado das interrelações possíveis entre estas dimensões.

Da Abordagem Sistêmica, surge a ferramenta “Análise Diagnóstico de Sistemas de Produção”, utilizada no percurso investigativo deste trabalho. Um Sistema de Produção pode ser definido como a combinação dos recursos disponíveis em uma Unidade de Produção Agrícola (UPA) para a obtenção das produções vegetais e animais, incluindo igualmente as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais realizados dentro dos limites da UPA (DUFUMIER, 2007).

Sob este prisma, a Análise Diagnóstico de Sistemas de Produção considera os seguintes elementos: a) Características estruturais do sistema de produção (ou da UPA); b) Funcionamento do sistema (ou da UPA); c) Trajetória do sistema de produção (ou da UPA). Considerando-se que o conceito de Sistema de Produção proposto por Dufumier (2007) incorpora as atividades de transformação dos produtos realizadas no âmbito da UPA, este estudo considerou o Moinho Colonial como o sistema básico de análise, identificando-se elementos socioprodutivos de suas relações internas e externas.

Essas orientações metodológicas estão descritas na Cartilha de Suporte metodológico para a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP), elaborada por professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para o Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) do INCRA.

Para a elaboração dos cálculos de viabilidade econômica utilizou-se o método do Valor Agregado, o qual tem o objetivo de verificar qual o valor gerado (agregado) em um ano agrícola. Este método tem como preocupação central a determinação dos resultados econômicos das unidades de produção, analisando as seguintes variáveis (LIMA et al, 2005):

- a) Produto Bruto (PB): valor monetário (R\$) de toda produção física e de serviços gerada pela UPA durante um ano agrícola. No Moinho Colonial são o feijão, farinha de milho e milho destinado à ração animal;
- b) Consumo intermediário (CI): valor dos bens e serviços consumidos no decorrer do ciclo de produção, neste caso matéria-prima, transporte, embalagens, energia e aditivos;
- c) Valor Agregado Bruto (VAB): é o valor gerado pelo processo produtivo na UPA, a partir do cálculo: $VAB = PB - CI$;
- d) Depreciação (D): valor dos meios de produção que são consumidos ao longo de vários ciclos de produção, calculado para que ao final destes, possam ser novamente adquiridos. Neste caso: equipamentos e o prédio do moinho;
- e) Valor agregado Líquido (VAL): é o valor gerado pelo processo produtivo que expressa o aumento da riqueza para a sociedade. É um valor completamente novo, já descontados todos os custos do PB. Expresso por: $VAL = VAB - D$;
- f) Distribuição do Valor Agregado (DVA): parte do VAL paga pela UPA por meios de produção que não possui em escala suficiente (pagamento de salários) e impostos;
- g) Renda agrícola (RA): é a parte do VAL que efetivamente fica com a UPA.

O preço das matérias-primas milho e feijão, produzidos no sistema convencional, foram obtidos junto ao escritório municipal da ASCAR/EMATER-RS de Canguçu, que faz este levantamento sistematicamente. Tendo em vista não existir localmente um mercado constituído de milho e feijão agroecológicos, foi convencionado aplicar um valor adicional de 30% sobre o preço destes alimentos produzidos convencionalmente. Foi atribuído este valor adicional espelhando-se na forma de pagamento da CONAB e do PNAE para os agricultores familiares

fornecedores consecutivamente do PAA e da alimentação escolar.

Foram utilizados dados do SIGRA no que se refere à área e produção de milho e feijão, utilização de práticas agrícolas, insumos (sementes, adubos e agrotóxicos) e composição das famílias (gênero, número de integrantes e idade).

Também se realizou entrevistas com representantes da direção da Cooperativa e agricultores assentados, buscando conhecer a motivação e dificuldades destes no que se refere à implementação da Agroindústria. Por meio de entrevistas com informantes-chaves representantes da direção da Cooperativa, foram levantados temas como: a) Forma de gestão; b) Fomento à produção; c) Comercialização da produção.

Já com os representantes dos agricultores assentados, a metodologia de abordagem utilizada foi a técnica de Grupos Focais. Esta abordagem tem como objetivo revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão. Por meio de um agrupamento de pessoas com objetivos e elementos em comum, discute-se percepções e conceitos, promovendo no coletivo a formação de ideias específicas de um grupo. A técnica gera possibilidades contextualizadas pelo próprio grupo, oportunizando a interpretação, valores, conceitos, conflitos, confrontos e pontos de vista (DEBUS, 1997). Assim, com um grupo de 11 agricultores assentados, discutiram-se os principais elementos de decisão envolvidos na participação ou não das famílias na agroindústria, bem como a motivação destes para a produção agroecológica. O percurso adotado pela pesquisa pode ser visualizado no organograma abaixo.

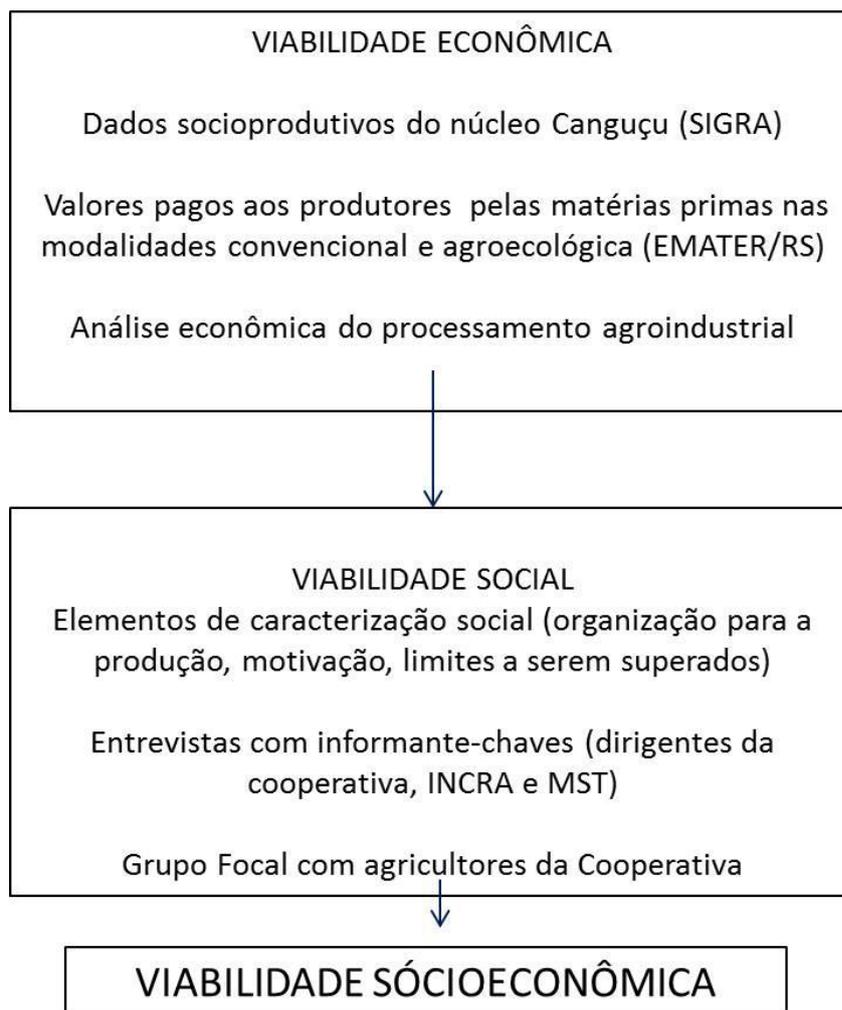


Figura 02 – Organograma do percurso da pesquisa.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

3. A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

A agroindústria familiar e sua importância para a viabilização da agricultura familiar e para o desenvolvimento local é tema frequente nas discussões acadêmicas. Guimarães e Silveira (2007) discutem a heterogeneidade das formas que se apresentam estas agroindústrias em contraposição à habitual homogeneização, tanto acadêmica quanto legal, com repercussão nas políticas públicas de incentivo a esta atividade e na legislação pertinente ao setor. Agroindústrias de tamanhos, características e escalas de produção muito diferentes acabam por serem enquadradas na mesma legislação. As crescentes exigências da legislação sanitária e fiscal, com a suposta premissa de preservar as condições de

higiene das instalações e equipamentos podem ser apontadas como responsáveis pelo fechamento de muitos empreendimentos (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2009).

Apesar destas dificuldades, a agroindustrialização caracteriza importante estratégia de reprodução social das famílias, como é o caso da Cooperativa Terra Nova de Canguçu. Produtos como milho, feijão, leite e gado de corte assumem relevância quando considerada a produção advinda do assentamento. Algumas famílias têm ainda atividades complementares na renda como produção de sementes agroecológicas, piscicultura e olerícolas como abóbora, mandioca, batata-doce, couve, repolho, entre outras. Dentro deste contexto, a agroindustrialização da produção é ainda pouco expressiva, apesar de nos últimos quatro anos terem sido regularizadas algumas unidades de processamento através do apoio do Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul.

A geração e retenção de parte do valor agregado pelas famílias pelo processamento são apontadas por Wesz Junior, Trentin e Filippi (2006) como forma de aumentar os ingressos na propriedade familiar, ampliando assim a possibilidade de valorização da produção.

Referente ao tema central deste trabalho que trata de viabilidade socioeconômica de empreendimentos de agricultores familiares, Prezotto (2010) discute alguns elementos importantes para as agroindústrias familiares e suas redes. Segundo este autor, debates em torno dessa temática apontam inúmeros fatores que podem determinar o insucesso dos empreendimentos, dentre os quais se destacam a ausência de estudos de viabilidade na implantação; ausência de economia de escala na comercialização e/ou inadequação da escala da agroindústria com o mercado; a indisponibilidade (e/ou inadequação) de matéria-prima, mão de obra, capital, equipamentos e instalações; a falta de padronização e de qualidade; a descontinuidade da oferta; a baixa capacidade gerencial em todas as etapas do processo produtivo; o baixo nível de organização; a pouca disponibilidade de infraestrutura pública; a inadequação e o desconhecimento das legislações sanitária, fiscal e tributária; e a ausência de suporte creditício para a estruturação produtiva e o capital de giro.

Segundo Caruso e Sacco dos Anjos (2007) um dos problemas para a manutenção das agroindústrias familiares reside na quase total ausência de mecanismos básicos de gestão das agroindústrias. Os autores entendem que embora os agricultores mantenham uma relação bastante natural e certas

habilidades com a transformação de alimentos, não se encontra correspondência no que toca ao gerenciamento destas pequenas empresas.

No que se refere ao processo de agroindustrialização presente em assentamentos da reforma agrária, Sulzbacher (2011) reflete sobre esta estratégia de desenvolvimento utilizada pelo MST:

O MST mantém a agroindustrialização como objetivo estratégico para estruturar o processo produtivo nos assentamentos. Talvez aí esteja uma de suas maiores lacunas, ter na agroindústria uma meta final, em que se atinge a forma mais complexa de cooperação. Todavia, a agroindústria é apenas uma ferramenta. Ela tem capacidade de fazer articulação entre a produção e o consumo e, quando baseada em princípios de agregação de valor, geração de emprego e renda, podendo contribuir para um desenvolvimento social e econômico em todas as suas fases. Ou seja, desde a produção é o sujeito que produz, passando por aquele que trabalha para garantir o beneficiamento e/ou processamento, até o consumo final, que pode ser tanto no grupo familiar do meio rural, quanto do meio urbano, em quaisquer casos, a intenção sempre é a de valorizar a produção, garantindo preço acessível ao consumidor e a viabilidade do empreendimento (SULZBACHER, 2011, p. 26-27).

A estratégia da organização da produção via agroindústria nos assentamentos desvincula-se, de certa forma, da chamada agroindústria familiar, uma vez que são empreendidas agroindústrias de maior porte (regionais), preparadas para atender a legislação sanitária e em conformidade com as recomendações da tecnologia de alimentos. De qualquer forma, com políticas de apoio à produção (Programa de Agroindústria Familiar-RS, Terra Sol, Pronaf Agroindústria, Plano Camponês) e comercialização (PAA e PNAE), a produção oriunda dos assentamentos de reforma agrária está chegando à mesa de muitos consumidores (CONAB, 2015). O diálogo através da produção com o público urbano/consumidor pode ser uma forma de acumulação de forças para a reafirmação da reforma agrária no cenário político nacional.

Assim, com toda complexidade de elementos envolvendo a viabilidade da agroindústria familiar, o seu estudo deve ser realizado levando-se em consideração as dimensões econômica, social e ambiental presentes nas dinâmicas socioprodutivas das realidades a serem estudadas.

Neste sentido, por meio da metodologia de Análise Diagnóstico de Sistemas de Produção, o presente trabalho busca identificar e compreender os elementos determinantes para a viabilidade social e econômica da Agroindústria “Moinho Colonial”.

4. A COOPERATIVA TERRA NOVA DE CANGUÇU LTDA.: CONJUNTURA SOCIOPRODUTIVA E O “MOINHO COLONIAL”

A Cooperativa Terra Nova (Cooperterranova) foi fundada em 2006. Sua base social é composta por aproximadamente 140 associados, exclusivamente assentados da reforma agrária. Por ser uma cooperativa de caráter regional, as famílias estão organizadas em sete núcleos distribuídos de acordo com a sua proximidade: o PE⁵ Renascer; PA⁶ Palmeira/Perseverantes na Luta; PA União; PE Herdeiros da Luta; PA Arroio das Pedras; Salso e PE Doze de Julho que juntos formam um núcleo; PA Da Costa/Mãe Terra e PA Quikuio/Bom Jesus que também formam um núcleo juntos.

A Cooperativa trabalha com três produtos: leite, grãos e mel. Até o momento, o principal produto econômico é o leite, produzido por cerca de 70 famílias, com produção anual de 800 mil litros. O leite é entregue “in natura” para a Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios Ltda. – COSULATI, de Capão do Leão/RS. Em um contexto de localização desfavorável dos assentamentos, com grandes distâncias a serem percorridas para o recolhimento do leite, condições desfavoráveis das estradas e frequentes perdas do produto pela falta de resfriamento adequado, as empresas e cooperativas da região não se interessavam pelos assentamentos de Canguçu. Assim, a Cooperterranova iniciou a coleta com um caminhão próprio de condições precárias e, através de diversas políticas públicas, hoje possui dois caminhões para coleta, patrulhas agrícolas para preparo de solo, plantio e produção de forragem, estrutura para inseminação artificial e repassou aos associados resfriadores de expansão direta, atendendo assim toda sua base social.

Atualmente, os agricultores veem buscando adequar-se às normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), procurando melhorar a qualidade do leite. Isto se dá através da implementação de locais com condições de ordenha mais adequadas, resfriamento do leite e cuidados com a alimentação e sanidade animal.

A entidade dedica-se também à linha produtiva do mel, possuindo um entreposto situado no assentamento Renascer, destinado ao beneficiamento do mel das famílias associadas ou prestação de serviços para terceiros.

⁵ PE – Projeto de Assentamento Estadual – assentamento implantado pelo Governo do Estado do RS.

⁶ PA – Projeto de Assentamento Federal – assentamento implantado pelo INCRA.

4.1 SISTEMA PRODUTIVO DE GRÃOS DA COOPERTERRANOVA: PRODUÇÃO PRODUTIVIDADE, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

Os agricultores que se dedicam às culturas de milho e feijão, o fazem de maneiras bastante diferenciadas entre si em relação aos aspectos tecnológicos de produção, armazenagem e utilização, alguns com avanços significativos de seus sistemas produtivos em relação à agroecologia e outros ainda em sistemas convencionais. O preparo do solo geralmente é realizado convencionalmente, com revolvimento do solo, sendo que alguns agricultores utilizam o cultivo mínimo⁷. A utilização de herbicidas como o glifosato também está presente, com o plantio sendo realizado sem revolver o solo, mas não pode ser caracterizado de forma alguma com o sistema plantio direto⁸. As sementes em muitos casos podem ser próprias, principalmente na cultura do feijão. Já no caso do milho, há sementes crioulas, varietais, híbridos e também ocorre o plantio de sementes transgênicas. A capina pode ser química, manual ou com tração animal. A colheita na sua maioria ainda é realizada manualmente para ambas as culturas, mas tem aumentado bastante a colheita mecanizada do milho.

No que se refere à agroecologia, há uma interrelação que merece destaque. Há agricultores associados à cooperativa Terra Nova que também são associados à Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida – Coonaterra. Esta última, através de sua estrutura e do trabalho de famílias assentadas, produz as sementes agroecológicas Bionatur. Algumas destas famílias estão atuando como fornecedores de sementes para os demais, apontando para um caminho mais sustentável no cultivo dos grãos, buscando a autossuficiência na produção de sementes. Essas famílias têm cumprido um papel de referência na produção agroecológica.

O SIGRA apresenta vários dados sobre os aspectos tecnológicos da produção de feijão e milho nos assentamentos, os quais estão resumidos nos gráficos abaixo.

⁷ Cultivo mínimo: forma de preparo de solo para receber sementes ou mudas com menor revolvimento de solo e utilização de máquinas agrícolas, intermediário entre o sistema convencional e o plantio direto.

⁸ Sistema de produção, neste caso de grãos, na qual é realizada, se necessária, a construção de estruturas de contenção da erosão, correção da fertilidade do solo, plantio de culturas para cobertura de solo e, por fim, o plantio da cultura de interesse. A partir deste, não se faz mais o revolvimento do solo e mantêm-se o solo sempre com cobertura adequada de palha, como forma de melhorar as condições físicas, químicas e biológicas do solo.

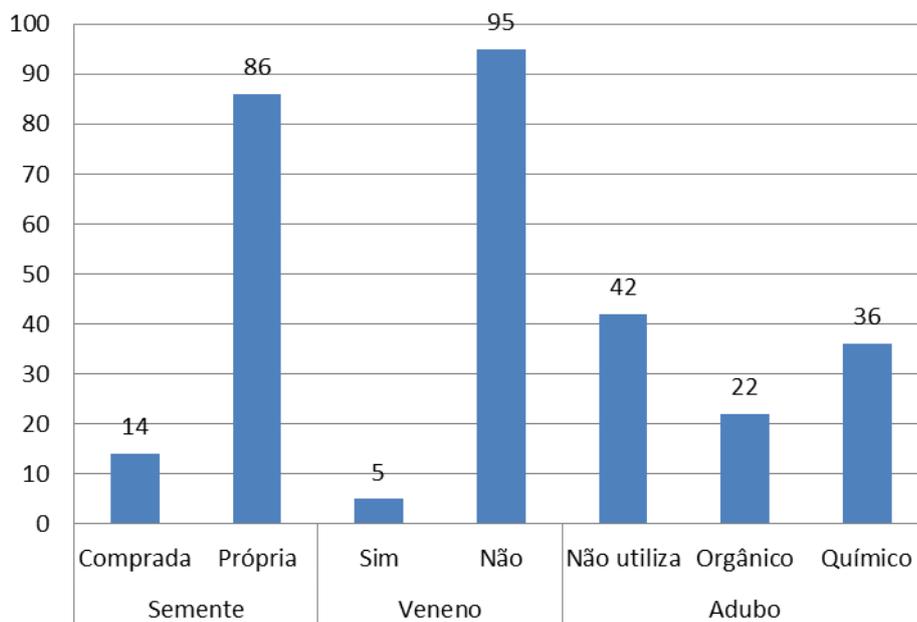


Gráfico 01 – Aspectos técnicos de produção da cultura do feijão nos assentamentos de Canguçu/RS.

Fonte: SIGRA, adaptado pelo autor, 2015.

Analisando os dados do SIGRA em relação ao número de produtores, área cultivada e produção obtida, a cultura de feijão pode estar passando por uma especialização. O número de produtores diminuiu de 258 em 2012 para 167 em 2014 e a área cultivada respectivamente de 161 ha para 95 ha. Porém, a produção obtida na última safra registrada foi de 43,5 t, um pouco superior ao primeiro registro em 2012. A fragilidade da cultura frente às condições climáticas e os custos de produção são apontados como restrições para sua produção. Porém, a maior restrição segundo as famílias é a falta de mão de obra. Observa-se ainda que importante fração dos agricultores adota práticas como manutenção de sementes, adubação orgânica e não utiliza agrotóxicos, o que pode indicar um campo de avanço para a agroecologia (Gráfico 02). Cabe ressaltar que a produção obtida sem a utilização de qualquer tipo de fertilização da cultura não pode a princípio ser considerada agroecológica, pois este é o caminho para o esgotamento do solo e de safras decrescentes.

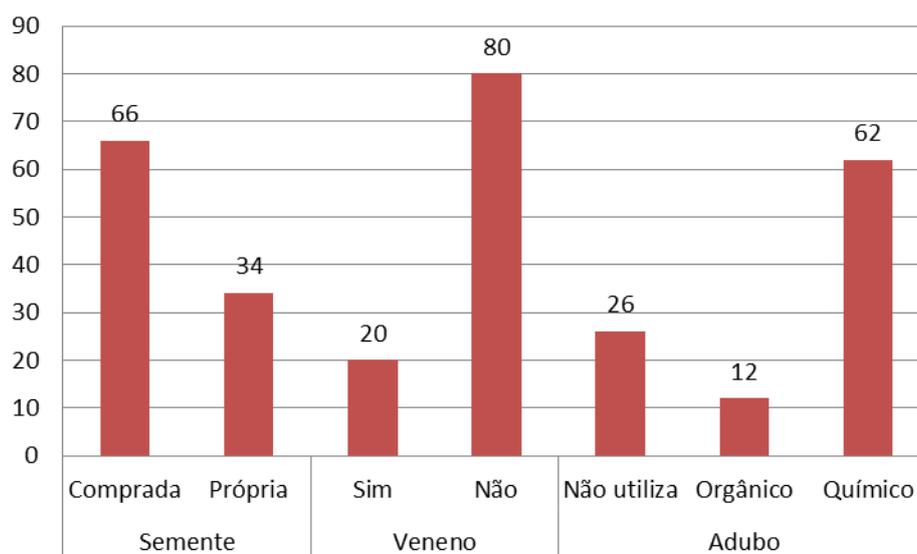


Gráfico 02 – Aspectos técnicos de produção da cultura do milho nos assentamentos de Canguçu/RS.

Fonte: SIGRA, adaptado pelo autor, 2015.

Na cultura do milho observa-se uma dependência bem maior de insumos externos do que na cultura do feijão. Por um lado, o acesso à informação através de meios de comunicação de massa fomenta o uso do pacote tecnológico convencional, que cada vez mais limita a autonomia dos agricultores. Por outro lado, tem-se uma perda gradual das práticas tradicionais que garantiam essa autonomia, como a produção de sementes, adubação orgânica e o manejo cultural das plantas espontâneas. Com essa diversidade de possibilidades de manejo da cultura, é possível afirmar que as famílias podem direcionar seus esforços para ambos os tipos de manejo, convencional ou agroecológico, sendo que a ATES e a Cooperterranoa podem influenciar nesta opção.

Em relação à cultura do milho, os dois maiores limitantes apontados pelas famílias são em ordem crescente, a falta de mão de obra e os custos de produção. As restrições de ordem financeira prejudicam sobremaneira a produção dessas culturas, pois as práticas agrícolas que seriam desejáveis para o incremento de produção e produtividade, muitas vezes, ficam em segundo plano. Um exemplo disso é a utilização da resteva de milho para alimentação do gado, quando seria desejável a implantação de uma cobertura com plantas recuperadoras de solo, preparando a área adequadamente para o próximo cultivo.

No que se refere à gestão da Cooperativa, ocorrem três reuniões em cada núcleo por ano, debatendo os assuntos gerais da cooperativa e os interesses mais particulares de cada núcleo, indicando assim os caminhos a serem seguidos pelos

gestores. Há também uma assembleia geral ordinária e reuniões da diretoria, tantas quanto forem necessárias. A gestão é realizada principalmente pelo presidente e pelo tesoureiro, que desempenham atividades produtivas em seus lotes e na cooperativa. Há a figura dos dirigentes do MST que colaboram nos debates com a base social e na articulação política nos diferentes níveis.

Tratando-se da assistência técnica, a equipe da ATES programa anualmente diversas atividades com o público da Cooperativa, ocorrendo reuniões com a diretoria bimestralmente, visitas técnicas, elaboração de projetos, dias de campo, implantação e acompanhamento de unidades demonstrativas.

4.2 O “MOINHO COLONIAL”: TRAJETÓRIA, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

A proposta de instalação de um moinho é anterior à formação da própria cooperativa, vinda da política do então Gabinete de Reforma Agrária do Estado do RS, durante o governo de Olívio Dutra (1999-2002). No documento Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Pitangueiras/Sem Fronteiras, já havia referência ao moinho, apontando que em um dos galpões existentes no assentamento deveria ser instalado uma unidade de secagem e beneficiamento de grãos e, que essa unidade atenderia todos os assentamentos do município.

Assim, apesar de o Moinho Colonial estar localizado no assentamento Pitangueiras/Sem Fronteiras, ele apresenta caráter regional. O assentamento apenas abriga fisicamente o Moinho e a sede regional do MST, o local é utilizado para reuniões, festividades, atos políticos e de lazer. Apesar da baixa participação das famílias do assentamento sede na vida da cooperativa e do moinho, na vizinhança deste existem aproximadamente outras 250 famílias, com participação mais ativa. Por este motivo, o debate em torno do Moinho Colonial será sempre tratado em termos, como o próprio MST denomina, da regional de Canguçu.

Neste assentamento Pitangueiras/Sem Fronteiras havia um galpão da antiga fazenda que abrigou os equipamentos recebidos do Governo do Rio Grande do Sul, foram um secador de leito fixo de capacidade de 40 sacos, uma máquina de pré-limpeza e o próprio moinho de cilindros. A construção da estrutura foi viabilizada com recursos do Programa Terra Sol e o apoio técnico da equipe do SOMAR.

Para que a proposta fosse implantada foram necessárias muitas reuniões, elaboração de projetos técnicos, envolvimento de diversas entidades como o

INCRA, ASCAR/EMATER-RS, equipe do SOMAR, Prefeitura Municipal de Canguçu, além da própria Cooperativa e direção regional do MST. Alguns dos envolvidos neste processo apontam que além dos entraves relativos aos projetos e recursos, a demora na finalização do Moinho que ocorreu em parte pela falta de definição política clara da Cooperterranova e direção do MST em relação à gestão, utilização e viabilidade do Moinho Colonial.

As imagens abaixo demonstram a evolução dos investimentos na infraestrutura do Moinho Colonial.



Figura 03: A primeira imagem mostra o antigo galpão da fazenda, que inicialmente abrigou os equipamentos do Moinho Colonial. A segunda mostra a obra da 1ª reforma concluída do Moinho Colonial. A terceira mostra Moinho Colonial com ampliação do sistema de armazenagem (construção de dois silos com capacidade total de 4000 sacos de cereais).

Fonte: Arquivos da Pesquisa, 2015.

No que se refere à trajetória do Moinho Colonial pode-se dizer que não há uma sistematização completa do caminho percorrido, havendo períodos no qual os entes envolvidos parecem ter apagado da memória. Segundo Sulzbacher (2011), no ano de 2009 a Equipe Somar realizou uma atividade de avaliação interna das atividades desenvolvidas para construir um panorama da situação dos empreendimentos assessorados, chegando ao que chamaram de “nós críticos”, a

saber: a) formação de espaços coletivos, b) matéria-prima e c) gestão e operação dos empreendimentos. Procurando “desatar estes nós”, a Equipe Somar dedicou-se, no caso do Moinho Colonial, em mobilizar a direção da cooperativa, as famílias interessadas e a ATES a constituir o grupo gestor do moinho, discutindo e encaminhando a resolução dos diversos entraves para o funcionamento do projeto.

Dentre as tantas as atividades realizadas pela Equipe Somar cabe destacar que houve um trabalho de capacitação sobre a viabilidade econômica para empreendimentos Terra Sol direcionada a ATES. Junto ao grupo gestor já constituído, foi realizado um trabalho sobre o estabelecimento do custo de produção da farinha de milho, levantando dados com os agricultores nas condições de funcionamento do Moinho Colonial à época.

Ao longo do tempo, o grupo gestor foi diminuindo sua ação, perdendo integrantes, até ser completamente desconstituído no início de 2013, passando a gestão ser totalmente realizada pela direção da cooperativa, a qual deu continuidade aos investimentos na estrutura e na produção.

Vencida a etapa de implantação da estrutura do Moinho e com uma visão mais clara quanto à sua potencialidade para o desenvolvimento das famílias e da própria cooperativa, foi firmado com a CONAB um contrato no PAA na modalidade CPR Formação de Estoque⁹.

Assim, para obtenção da matéria-prima, a Cooperterranova havia implantado na safra 2012/2013 uma proposta de produção de milhos crioulos junto aos associados. Foram 36 ha plantados com sementes crioulas do próprio município e adubados com compostos orgânicos. Devido a diversidade do resultado obtido com as variedades de milho utilizadas, tanto em produtividade como em rendimento de farinha no processamento, a cooperativa demandou à ATES e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mais trabalhos para indicar as variedades mais produtivas e apropriadas à produção de farinha agroecológica.

Tendo em vista que a quantidade de milho crioulo colhida não foi suficiente para a demanda colocada, a entidade adquiriu dos agricultores milho híbrido plantado no sistema convencional, sendo que se teve o cuidado de evitar a aquisição de milho geneticamente modificado. Com um rendimento de

⁹ CPR Formação de Estoque – modalidade de Cédula de Produto Rural – PAA da CONAB na qual as organizações da agricultura familiar recebem recursos para compra da produção dos agricultores, realiza o processamento, podendo efetuar a liquidação junto à CONAB em produto ou financeiramente, no prazo máximo de 12 meses.

aproximadamente 450-500 kg de farinha de milho a cada jornada de 8 horas, surge um dos limitantes apontados pela direção da cooperativa para a viabilidade da agroindústria: o baixo rendimento do equipamento.

Para o atendimento da legislação aplicada à fortificação de farinhas (Resolução RDC nº 344, de 13 de dezembro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA) foi necessário adquirir uma mistura de ferro e ácido fólico e, como a agroindústria não possui um misturador, a aplicação deste aditivo foi manual, correndo-se o risco de obter um produto desuniforme com possibilidade de ser reprovado quando analisado pelas instâncias legais sanitárias. A balança empacotadora existente é semiautomática, com fechamento e datação manual, acarretando em problemas quanto ao peso das embalagens. Foram aproximadamente 10 t que apresentaram peso abaixo do indicado, sendo necessário embalar novamente todo o lote.

O transporte para a entrega na sede da CONAB em Porto Alegre/RS foi fretado de outra cooperativa local, pois a cooperativa naquela época ainda não possuía caminhão para esta finalidade. Os dois trabalhadores que realizaram o processamento foram agricultores associados à cooperativa e residentes nas proximidades do Moinho Colonial, sendo remunerados por dia de trabalho. Ao final das contas, o valor contratado neste projeto não foi suficiente para pagar todos os recursos envolvidos no processo, pois foram necessários vários investimentos para colocar os equipamentos, que ficaram muito tempo parados, em funcionamento. Também foram adquiridos outros equipamentos, embalagens extras, pagamento de pessoal e frete além do esperado inicialmente. Foi uma grande escola, alertando para os reais desafios a serem enfrentados e indicando a necessidade de várias adequações para o funcionamento da agroindústria.

A partir de 2012 os movimentos sociais ligados a Via Campesina¹⁰ obtiveram junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul uma linha de financiamento subsidiada para investimentos diversos, através das cooperativas dos movimentos sociais integrantes. Dessa forma, a responsabilidade da seleção das famílias e o risco de inadimplência ficaram com estas entidades que, em contrapartida, tiveram

¹⁰ A Via Campesina é uma organização internacional formada por camponeses de diversos movimentos sociais e outras organizações de todo o mundo. A organização visa articular os processos de mobilização social dos povos do campo. Integram a Via Campesina no Brasil o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

acesso ao crédito com subsídios de 80 a 100%. Desde então, a Cooperterranova tem implantado alguns projetos, sendo o primeiro deles o investimento na aquisição de equipamentos para beneficiamento de feijão, moega com elevador, dois silos de alvenaria com capacidade total de quatro mil sacos, transferência de um silo metálico com capacidade para 500 sacos para a área externa do prédio, além de uma balança rodoviária.

Apesar de existirem esforços coletivos (agricultores, INCRA e MST) e uma lógica de continuidade nos investimentos realizados no Moinho Colonial, não foram realizados estudos de viabilidade do empreendimento, com relação aos custos envolvidos bem como os mercados a serem atingidos. Em entrevista para este trabalho, o grupo de agricultores assentados aponta como um dos principais pontos de estrangulamento, a falta de diálogo entre a base e as instâncias de definição dos caminhos a serem percorridos. Da mesma forma, e provavelmente pelo apontado anteriormente, há pouco engajamento da base social no processo. Referindo-se a este contexto, Krone (2010) aponta:

[...] percebe-se que as definições vêm ocorrendo num âmbito macropolítico entre MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra) e INCRA, sem uma discussão dos projetos junto a base dos assentamentos. Desta forma, muitos dos projetos de agroindústria são introduzidos nos assentamentos a partir de avaliação externa e sem uma maior mobilização e discussão junto às famílias beneficiárias. Neste sentido, muitas vezes não há uma produção organizativa dentro dos assentamentos voltada a produção de matéria-prima para as agroindústrias. A demora na execução dos projetos, a falta de experiência e de uma estrutura de apoio do INCRA e o próprio desconhecimento dos projetos pelas famílias tem levado a uma situação de dificuldade de viabilização dos projetos (KRONE, 2010, p. 1-2).

No objeto desta pesquisa, observa-se uma semelhança deste modo de agir, embora se reconheça que a direção da Cooperterranova tem buscado a participação da base para apontar os caminhos a serem percorridos.

As políticas públicas de incentivo e investimento nas agroindústrias, pela sua descontinuidade, entraves burocráticos e incapacidade de concluir os projetos acabam por colocar em descrédito os projetos, como neste caso que há, aproximadamente, 15 anos está em andamento.

Além da baixa capacidade gerencial e disponibilidade de tempo para a direção gestar a agroindústria e todo o restante da cooperativa, tendo em vista que são agricultores que deixam seus afazeres nos lotes para exercer esta outra função, soma-se a este cenário o limitado conhecimento e ação da equipe de ATES sobre agroindústria.

A experiência de comercialização mais consistente da cooperativa com este moinho foi a venda de 30 t de farinha de milho através do PAA. Existe uma produção inconstante de farinha de milho para consumo local e trituração do milho para ração animal. A comercialização dos produtos a serem beneficiados nesta unidade agroindustrial deverá passar por uma conquista gradual do mercado local e regional, bem como poderão ser direcionados produtos para a “cesta” de alimentos que as cooperativas do MST têm oferecido nos mercados institucionais. Portanto, serão construídos cenários de comercialização para programas institucionais e para o mercado tradicional para fins de cálculo da viabilidade econômica.

4.3 DADOS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES VINCULADOS AO MOINHO COLONIAL

Com relação ao estudo da viabilidade social do projeto, o SIGRA fornece dados interessantes que serão levados em consideração neste estudo. Aqui discutiremos as informações referentes à ocupação dos lotes do município de Canguçu, embora o SIGRA agrupe os dados de todo o Núcleo Operacional (NO) Canguçu (Canguçu e Encruzilhada do Sul), divisão esta utilizada pelo Incra.

Também nesta seção apresenta-se dados referente à percepção dos agricultores em relação ao funcionamento da Cooperterranova, suas potencialidades e limitações para a implementação efetiva do Moinho Colonial.

Um dos itens a serem considerados diz respeito ao número de ocupantes do lote, já que não se pode chamar de *família* aqueles que só possuem um integrante. Neste sentido, o SIGRA demonstra que há um número significativo de lotes ocupados por até duas pessoas (37%), que em muitos casos são aposentados. Estas informações são descritas no quadro abaixo.

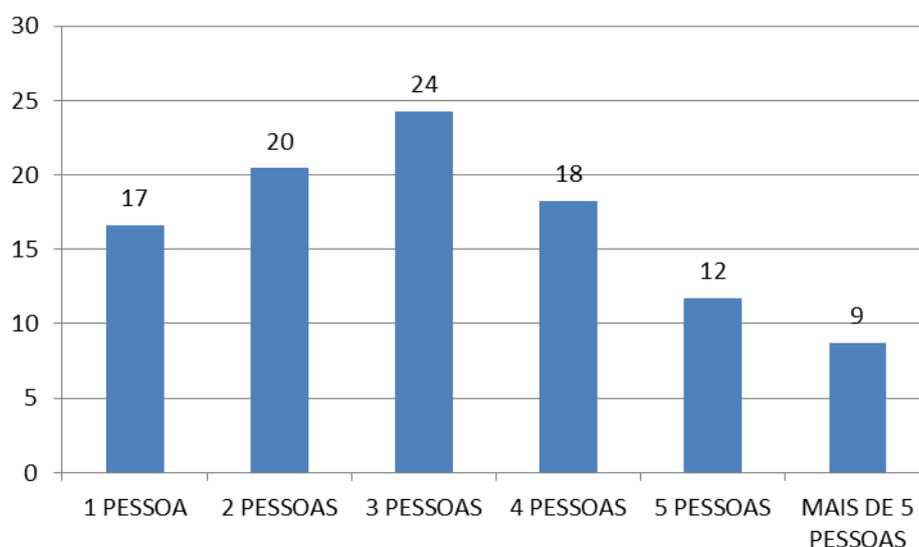


Gráfico 03 – Número de pessoas por lote no Núcleo Operacional Canguçu (em %).
Fonte: SIGRA, adaptado pelo autor, 2015.

Em especial, nestes lotes onde há até duas pessoas a sucessão familiar pode estar comprometida, pois os filhos geralmente já trabalham fora, em muitos casos em outros municípios da região metropolitana de Porto Alegre. Conseqüentemente, a base social da Cooperterranova também poderá sofrer num médio prazo, mudanças. Nestes casos, a sucessão familiar é substituída pela troca de titularidade do lote por novas famílias incluídas através de edital do INCRA, iniciando a cada ciclo um novo processo de discussão em torno da produção e participação social.

Outras informações fornecidas pelo SIGRA dizem respeito à idade e gênero dos ocupantes nos lotes, confirmando a tendência de masculinização nas áreas rurais. Exceto na faixa etária de 0 – 4 anos, todos os demais estratos de idade, há mais homens do que mulheres, fator que certamente influenciará na sucessão familiar e nas linhas de produção dos lotes. Com menos força de trabalho disponível, pode-se inferir que o agricultor opte por linhas de produção de mecanização mais fácil e de menor penosidade do trabalho (Gráfico 04).

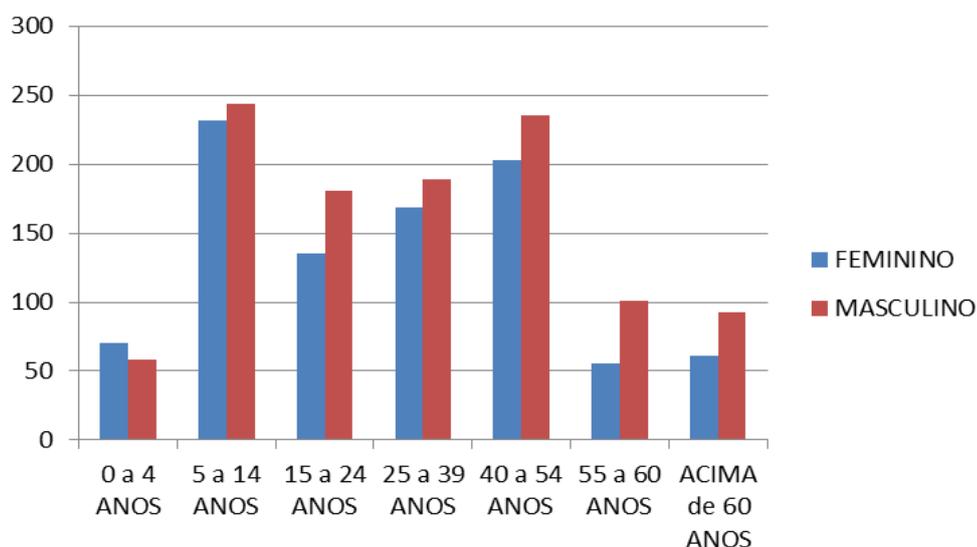


Gráfico 04 – Distribuição por faixa etária e gênero dos componentes do Núcleo Operacional Canguçu.
Fonte: SIGRA, adaptado pelo autor, 2015.

Em conversa com grupo de representantes dos agricultores por meio da técnica de grupo focal, percebe-se uma heterogeneidade de concepções quanto às alternativas para o desenvolvimento das famílias e os caminhos trilhados e a seguir pela cooperativa. Para alguns agricultores, a entidade deve ser a promotora/executora de uma gama de atividades que vão desde a prestação de serviços de máquinas nos lotes, fornecimento de insumos, comercialização até o acesso ao crédito, uma vez que a maioria das famílias não consegue acessá-lo por restrições cadastrais. Aqueles que se envolvem ou já se envolveram em funções de direção ou de executores dos serviços prestados (operadores de máquinas, motoristas dos caminhões de coleta de leite, coordenadores) veem o processo de organização da cooperativa de outra forma. Apontam a necessidade do aumento do número de famílias envolvidas na produção, com o aumento do quadro social e o aumento da produção e da produtividade em todas as linhas. Com relação à administração, estes mesmos agricultores indicam a necessidade da inclusão de mais pessoas para alcançar melhores condições de viabilização da cooperativa. De qualquer forma, todos entendem que a entidade é importante para o desenvolvimento das famílias e que, especificamente na linha produtiva do leite, dificilmente outras empresas e/ou cooperativas se interessariam na sua produção devido a fatores como produção e logística.

Neste processo de análise das percepções das famílias, observa-se algumas contradições. Durante o trabalho realizado para o levantamento de informações, a

centralidade da gestão é questionada pelas famílias, alegando que as decisões operacionais são todas tomadas pela figura do presidente. Porém, quando este delega tais funções para outros membros da direção ou coordenador elencado entre os associados, estas mesmas famílias alegam que tais pessoas não são remuneradas para exercer essa função, logo não teriam tal responsabilidade, ou ainda, que não resolvem as situações postas.

Outro fator interessante levantado na discussão é o fato de que as famílias declaram ter disposição em contribuir com mais recursos para melhorar ou manter as condições dos serviços prestados pela cooperativa. Um exemplo disso é a diminuição do preço do leite pago ao produtor para aumentar a margem da cooperativa, custeando assim manutenções imprevistas nos caminhões ou os custos operacionais nas épocas de baixa na produção.

A existência das três linhas de produção priorizadas na cooperativa, leite, grãos e mel tem se mostrado controversa na visão das famílias. Por um lado, proporciona uma possível diversificação das atividades econômicas para as famílias, valendo-se das características naturais dos assentamentos e culturalmente adaptadas. Os assentamentos possuem áreas de campo nativo, áreas de mata nativa nos lotes e nas reservas legais bem como extensas áreas adequadas ao cultivo de grãos. Por outro lado, a forma de gestão dessas atividades dentro da cooperativa, na qual cada uma delas possui um caixa separado e o diferente nível de desenvolvimento das mesmas, vem gerando um descontentamento entre os associados. A produção de leite, dentre as linhas de produção, é a única que é desenvolvida de forma ininterrupta desde o início da atividade, apesar da produção sazonal de vários associados. Já as agroindústrias de beneficiamento de mel e grãos, veem demandando investimentos constantes tanto de recursos financeiros como de tempo da direção, sem o retorno esperado pela base.

A inconstância do funcionamento das agroindústrias acaba por tornar estas atividades não confiáveis do ponto de vista da segurança de comercialização do produto, repercutindo num baixo investimento dos agricultores tanto no mel como nos grãos. Mesmo assim, segundo a declaração de um representante da cooperativa: *“todos os sócios estão dependendo da cadeia produtiva do leite, quando estiver funcionando a casa do mel e o moinho vai melhorar muito, há vontade política na implantação destas agroindústrias”*.

No ano de 2012, pelo simples fato da cooperativa processar o milho

produzido nas localidades vizinhas ao Moinho Colonial, os agricultores apontaram que o preço do grão se manteve num patamar mais elevado do que nos anos anteriores. Devido à falta de mercado para a escala local, tem sido prática comum a utilização do milho e também do gado em trocas por mercadorias ou venda em casas de comércio, a preços abaixo do que seria justo.

A agroecologia como modelo tecnológico a ser aplicado para a produção das matérias-primas e na vivência diária das famílias mostra-se controversa. Os investimentos que a cooperativa tem disponibilizado aos associados para aplicação nos lotes são todos voltados para a agroecologia (Pastoreio Racional Voisin¹¹, recuperação de solo), mas confrontam-se com práticas agrícolas recorrentes como o uso de agrotóxicos e o manejo não conservacionista do solo. A manifestação de uma agricultora ilustra o discurso das famílias, quando fala: “acho que o caminho é esse para ter o desenvolvimento da produção, uma alternativa de produção agroecológica é melhor pra terra e pra quem nela trabalha” (AGRICULTORA ENTREVISTADA). Neste mesmo sentido, o representante da direção estadual do MST afirma: “o moinho é um bem nosso, com luta, com esforço. A ideologia é a agroecologia, é o bem comum. Acho que tá tendo um trabalho conjunto ... é meio difícil” (REPRESENTANTE DA DIREÇÃO ESTADUAL DO MST).

Quando se refere ao “trabalho conjunto” aparece, além das famílias e da cooperativa, a figura da ATES, que tem na agroecologia o norteador de todo o trabalho de assistência técnica e extensão rural e social.

As informações sociais são bem mais complexas do que os dados econômicos, necessitariam de uma coleta e análise mais ampla e detalhada para poder melhor expressar as tendências de evolução da Agroindústria Moinho Colonial, assim como nas linhas de produção das famílias assentadas. Contudo, formam um conjunto de informações que subsidiaram a reflexão no presente trabalho, intuindo colaborar com os atores sociais na implantação do projeto.

¹¹ Pastoreio Racional Voisin – sistema de produção animal intensivo a base de pasto, conforme Machado (2010).

5. AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA AGROINDÚSTRIA “MOINHO COLONIAL”

Tendo em vista que na área de derivados de milho, como em tantos outros setores das agroindústrias de alimentos, a produção que era realizada em um grande número de pequenos estabelecimentos passou a concentrar-se em grandes indústrias com marcas conhecidas até nacionalmente, parte-se do pressuposto que o Moinho Colonial deva diferenciar-se para ganhar mercado. Esta diferenciação está sendo proposta através da produção agroecológica do milho e também do feijão. A diferenciação da produção, como estratégia de mercado, caracteriza-se por buscar um mercado em expansão e ainda disposto a pagar mais por uma alimentação saudável, que é o caso dos alimentos orgânicos.

Aplicando-se a planilha eletrônica usada na ATES nas Unidades de Observação Pedagógica para avaliação do desempenho econômico das mesmas, estimou-se os volumes de produção necessários para atingir o ponto de equilíbrio na agroindústria, ou seja, renda agrícola próxima de zero e cobrindo todos os custos envolvidos no processamento. Os resultados são apresentados na tabela abaixo:

Quadro 01: Quantidade necessária a ser processada pelo Moinho Colonial para obtenção do Ponto de Equilíbrio – 2015.

Produto processado	Preço ao associado	Preço de venda	Qtidade	Produto Bruto (PB)	CI	VAB	VAL	DVA	RA	
	R\$		Kg			R\$				
Convencional	Feijão	2,50	3,50	120000	420000,00	314260,20	105739,80	66746,39	66506,91	239,48
	Farinha de Milho*	0,46	1,57	125000	271250,00	143211,34	128038,66	67045,02	65101,02	1944,23
	Farelo		0,60	125000						
Agroecológico	Feijão	3,25	4,55	85000	386750,00	286350,98	100399,03	61405,61	60755,89	649,72
	Farinha de Milho*	0,60	2,04	100100	264364,10	142211,14	122152,96	61159,55	61135,70	23,84
	Farelo		0,60	100100						

Consumo Intermediário (CI= insumos+matéria prima+transporte). Valor Agregado Bruto (VAB=PB-CI). Valor Agregado Líquido (VAL=VAB-Depreciação). Distribuição do Valor Agregado (DVA=impostos + mão de obra). Renda Agrícola (RA=VAL-DVA).

* 50% comercializado como farinha e 50% destinado a alimentação animal.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Segundo os cálculos realizados, a agroindústria atinge o ponto de equilíbrio com o processamento dos alimentos agroecológicos com volumes bem menores do que os convencionais. Isso pode ser explicado pela análise do VAB, que é um indicador de eficiência técnica. No caso estudado, a produção agroecológica apresenta um valor maior de VAB/kg do que na produção convencional. A título de exemplo podemos ilustrar que o VAB/kg do processamento de milho convencional é R\$ 0,28, enquanto o VAB/kg do produto agroecológico é de R\$ 0,33. Como citado anteriormente, isto é uma inferência, uma vez que não existe propriamente um mercado estabelecido para esta produção agroecológica. Para as famílias que se envolverem na produção do milho e do feijão agroecológicos, superadas as deficiências técnicas, há uma expectativa de melhor remuneração, pois o preço pode ser acrescido em 30%, além da diminuição da dependência de insumos externos.

Em se tratando da área total cultivada pelas famílias assentadas e a produção obtida, pode-se concluir que são suficientes para atender a demanda do Moinho Colonial ao nível exigido para alcançar o ponto de equilíbrio e até bem mais do que isto. Certamente, será necessário um trabalho conjunto da direção da cooperativa e da ATES para indicar as variedades mais apropriadas para o processamento, tanto do milho como do feijão. A mistura de variedades de feijão influencia na qualidade do produto para venda ao consumidor, podendo inviabilizar uma marca em pouco tempo. Da mesma forma, o milho deverá ter indicações claras para o agricultor, procurando assim ofertar um produto com qualidade constante.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha sido realizado um trabalho anterior de estabelecimento do custo de produção do Moinho Colonial, cabe observar dois aspectos. Primeiramente a estrutura do empreendimento é bem diferente da existente à época, o que demanda no mínimo de uma atualização. Em segundo lugar, mesmo tendo sido constituído o grupo gestor, não houve o empoderamento do processo pelas famílias, como não há até hoje, tanto que durante a pesquisa não foram feitas referências ao grupo gestor e sua caminhada. O nível decisório está restrito a um pequeno grupo de pessoas.

Os debates realizados nos assentamentos trazem sempre a agroecologia como modelo de produção a ser implantado, estando no discurso da direção do

MST, da cooperativa, da ATES e das próprias famílias. Porém, observa-se um distanciamento do discurso e da prática, ocorrendo em muitos casos uma produção sem a utilização de insumos agroquímicos mais por contingência de recursos do que por opção tecnológica. A ocorrência de práticas degradadoras no manejo do solo ainda é uma realidade.

Os resultados encontrados apontam que a produção agroecológica pode ser um caminho para a viabilização do Moinho Colonial, favorecendo, em última análise, os agricultores associados à cooperativa, pois podem receber melhores preços pelos seus produtos. A agroecologia, como opção tecnológica, também dialoga com outros elementos fundamentais na agricultura familiar como a segurança e soberania alimentar e as pautas de luta do próprio MST.

A existência da política pública PAA pode ser apontada como fundamental, tanto para a decisão da cooperativa em colocar em funcionamento o Moinho Colonial em 2012 como na ampliação do mesmo através de novos investimentos. Da mesma forma, a articulação da Cooperativa Terra Nova com as demais cooperativas ligadas ao MST parece ser uma forma para viabilizar o conjunto dessas entidades, através da formação de uma linha de alimentos diversificada para atender demandas do PAA e PNAE.

A construção de um mercado local/regional também pode ser uma via de comercialização, cumprindo além da função primordial de dar vazão ao produto processado, a função de diálogo com a sociedade e o público urbano em geral, demonstrando assim resultados positivos da reforma agrária.

A estrutura familiar predominantemente formada por poucos membros aponta para uma tendência da busca de atividades de menor demanda de mão de obra, mais facilmente mecanizáveis. A facilidade do manejo convencional, principalmente do milho, pode ser um fator determinante para a decisão da família em relação ao modelo tecnológico a ser adotado nos lotes, independente do destino da produção.

A mobilização social das famílias assentadas para a agroecologia e implantação do projeto parece estar passando por uma fase de amadurecimento. Tal situação ocorreu com a direção da cooperativa, quando somente após vários anos de tratativas com diversos entes, decidiu-se por colocar a agroindústria em funcionamento. Acredita-se que ainda caberá a esta direção, juntamente com as parcerias do MST, ATES, INCRA, entre outros, o papel de mobilizadores para o desenvolvimento socioproductivo nos assentamentos de Canguçu.

Uma alternativa para a sustentabilidade econômica e social deste projeto que começa a ser discutido dentro da Cooperterranova é a participação de outros agricultores familiares do entorno e do município como um todo na produção das matérias-primas. Apesar da diminuição gradual da área de milho e feijão no município de Canguçu, segundo informações da EMATER/RS, na safra 2014/2015 foram plantados 20 mil ha e 2 mil ha dessas culturas respectivamente. A união de esforços do MST e MPA, bastante comum em várias pautas de luta políticas, pode ser uma proposta organizativa para atender a demanda de ambos os movimentos em relação a processar a produção de sua base social, bem como evitar a ociosidade da estrutura.

O crescente papel de estrutura organizativa e econômica desempenhado pela Cooperterranova vem demandando cada vez mais capacidade gerencial da direção, mas o envolvimento de mais agricultores neste processo ainda é incipiente, limitando-se à participação nas reuniões/atividades propostas pela cooperativa, como reuniões de núcleo e assembleias. Neste sentido, acredita-se que, embora haja viabilidade econômica da agroindústria Moinho Colonial, a mobilização social dos agricultores envolvidos será o aspecto que definirá a sua sustentabilidade.

Certamente por trás das falas dos agricultores e agricultoras que contribuíram na construção deste trabalho há outras informações que poderiam retificar ou ratificar as nossas impressões. Por ser um processo dinâmico e ligado a um número grande de atores sociais envolvidos, o presente trabalho não esgota definitivamente as necessárias avaliações socioeconômicas para a implantação deste projeto. Procurou-se trazer elementos significativos a serem refletivos e incorporados nos processos de tomadas de decisão destes atores sociais.

7. REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V.; HIRAI, W. G. **A dimensão rural da insegurança alimentar**: Transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-17, jan. 2009.

CAPORAL, F. R. COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. MDA/SAF/DATER-IICA. 24p. Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Conceitos-e-principios-1.pdf?iv=24>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

CARUSO, C. O.; DOS ANJOS, F. S. **Agroindústria familiar no extremo sul gaúcho**: limites e possibilidades de uma estratégia de reprodução social. In: IV Jornadas do GT Mundo do Trabalho – RS. A Pesquisa do Trabalho – 1917, Noventa anos da Revolução Russa e das Greves Gerais no Brasil. **Anais...** Pelotas, 2007.

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento. **Assentados participantes do PAA, por município, nos anos de 2009 a 2014**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1569&t=>. Acesso em 26/04/2015.

DEBUS M. **Manual para excelencia en la investigación mediante grupos focales**. Washington(USA): Academy for Educational Development; 1997.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola**: manual para especialistas. [tradução de Vitor de Athayde Couto]. Salvador: EDUFBA, 2007.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. **Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural**: indefinição conceitual e incoerência das políticas públicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7, 2007, Fortaleza/CE. **Anais...**, Fortaleza: SBSP, 2007.

IPD – Instituto de Promoção do Desenvolvimento. **Pesquisa – O mercado brasileiro de produtos orgânicos**. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.ipd.org.br/upload/tiny_mce/Pesquisa_de_Mercado_Interno_de_Produtos_Organicos.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2015.

KRONE, Evander. **A agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul**: uma análise a partir do programa Terra Sol do INCRA. In: IV Encontro de Rede de Estudos Rurais: mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político. **Anais...** Curitiba:UFPR, p. 1-10, 2010.

LIMA, A. J. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C.; MÜLLER, A. G. **Administração da Unidade de Produção Familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. 3ª ed. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 2005. 221p.

MACHADO, C. J. B. **“Aqui até o arado é diferente”**: transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014. 153 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MACHADO, L. C. P. **Pastoreio Racional Voisin**: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. São Paulo. Expressão Popular, 2010. 376p.

PREZOTTO, L. L. **Programa de Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar**: experiência da rede AGRECO de agroindústrias da agricultura familiar. Relatório Técnico do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2010. 33 p. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/An%C3%A1lise_da_rede_de_agroind%C3%BAstrias_Agreco_SC.doc. Acesso em: 09 nov. 2014.

SIGRA. **Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES** – Programa de ATES/RS. Disponível em: <<http://www.sigra.net.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

SPINK, M. J. P, MENEGON, V. N. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. P (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SULZBACHER, A. W. **Da terra ao sol: o desafio da produção, processamento e comercialização nos assentamentos do RS**. 2011. 72f. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) - Departamento Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

WESZ JR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais**. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza (CE). **Anais...** XLIV Congresso da SOBER - Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento, 2006.